



COPA DO MUNDO PÔE BRASIL NA VITRINE

Lojistas do Rio estão com otimismo moderado sobre consumo. Por Aldo Gonçalves, **página 2**



REFORMA DO CÓDIGO CIVIL

Por que esperar pode custar caro e elevar riscos para as empresas? Por Keci Ceccato, **página 2**



CONTRIBUIÇÕES SOBRE FOLHA: QUEM PAGARÁ

Decisão do STJ coloca Sebrae e outras entidades credores de empresas. Por Marcos de Oliveira, **página 3**

R\$ 303 mi para retomada da indústria naval no Amazonas

O governo Lula anunciou, nesta quarta-feira, a retomada dos investimentos estratégicos da Petrobras no Amazonas, com aportes superiores a R\$ 2,8 bilhões até 2030 voltados à retomada da indústria naval, expansão da produção de gás natural no Polo de Urucu e desenvolvimento de projetos de sustentabilidade na região amazônica. O evento foi realizado no Estaleiro Bertolini, em Manaus.

Os anúncios incluem R\$ 303,5 milhões para construção de 18 embarcações da Transpetro, iniciativa ligada ao Novo PAC que deve gerar mais de 3,3 mil empregos diretos e indiretos. Também foi confirmado investimento de R\$ 2,5 bilhões para perfuração de 22 novos poços e implantação de cerca de 40 quilômetros de linhas no Polo de Urucu, maior reserva terrestre de petróleo e gás natural do país.

“Estamos reconstruindo a indústria naval brasileira, fortalecendo a soberania energética nacional e garantindo que a Petrobras volte a ser instrumento de desenvolvimento econômico, geração de empregos e inclusão social para o povo brasileiro”, destacou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Durante a cerimônia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a Petrobras deve atuar como instrumento de desenvolvimento nacional, geração de empregos e fortalecimento da soberania brasileira.

“A Petrobras não tem que pensar só na Petrobras de preço. A Petrobras tem que pensar no Brasil”, declarou o presidente ao defender a retomada da indústria naval e a ampliação do conteúdo nacional no setor energético.

A construção das 18 barcas é mais um investimento do Programa Mar Aberto, iniciativa da Petrobras para ampliar e renovar sua frota própria de navios, que visa redução de custos logísticos e geração de novos negócios.

O Programa prevê a construção de 96 embarcações até 2030, com investimentos de R\$ 34,8 bilhões.

Atualmente, a Petrobras tem o custo de cerca de R\$ 300 milhões por ano para efetuar, por meio de contratos com empresas terceirizadas, o transporte e abastecimento de bunker (combustível marítimo) nos principais portos do país. Com a verticalização a estatal reduz os custos logísticos. **Página 8**



José Cruz/ABr

Desenrola pode tirar quase 8 milhões da inadimplência

Serasa estima que 9,6% dos consumidores ‘limparão nome’

Cerca de 7,8 milhões de brasileiros poderiam deixar a inadimplência ao longo do Novo Desenrola Brasil, fazendo com que o número de consumidores negativados caia de 83,4 milhões para aproximadamente 75,4 milhões.

Este é o cenário mais favorável em estudo inédito da Serasa, realizado com base nos dados do Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas. O levantamento projeta impacto potencial de até 9,6% sobre o volume de inadimplentes até o encerramento do programa do Governo Federal para renegociação de dívidas de famílias, estudantes e pequenas empresas,

que teve início em maio e vai até agosto.

O estudo identificou que, somente na base da Serasa, existem 41 milhões de dívidas que se enquadram nos critérios do programa do Governo Federal, sendo 3,6 milhões no Estado do Rio de Janeiro. São cerca de 24 milhões de consumidores em todo o país que podem ser beneficiados pelas condições especiais de negociação oferecidas pela ação; destes 2,1 milhões são cariocas.

“Programas de renegociação tendem a produzir alívio imediato nos indicadores de inadimplência, especialmente ao ampliar o acesso a condições excepcionais de negociação” afirma Aline Maciel, di-

retora da Serasa. “Historicamente, os efeitos costumam ser mais concentrados no curto prazo, dependendo de fatores estruturais da economia para se sustentarem ao longo do tempo, como um ambiente de juros mais baixos, além da continuidade de ações econômicas e de educação financeira, evitando que os benefícios sejam apenas temporários”.

Segundo atualização do Mapa da Serasa, mais da metade da população adulta do país possui algum tipo de dívida negativada, e as instituições financeiras seguem como principal segmento dos débitos, representando 47,3% do total.

Dívida Pública Federal sobe 1,91% em abril e se aproxima de R\$ 8,8 trilhões

Emissão recorde de títulos puxou alta no mês passado

A emissão recorde de títulos, principalmente vinculados à Taxa Selic, fez a Dívida Pública Federal (DPF) subir em abril. Segundo números divulgados nesta quarta-feira pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 8,633 trilhões em março para R\$ 8,798 trilhões no mês passado, alta de 1,91%.

Em agosto do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 8 trilhões. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado em janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R\$ 9,7 trilhões e R\$ 10,3 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em

títulos) interna (DPMFi) avançou 1,93%, passando de R\$ 8,302 trilhões em março para R\$ 8,462 trilhões em abril. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 68,04 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis ligados à Selic. A alta foi reforçada pela apropriação de R\$ 92,54 bilhões em juros. Com a Taxa Selic em 14,5% ao ano, a apropriação de juros pressionou o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 201,09 bilhões em títulos da DPMFi, volume recorde para todos os meses desde o início da série histórica. O principal fator foi a substituição de títulos vinculados à Selic que venceram

no mês passado, mais o lançamento que atende à demanda dos investidores em abril.

Apesar da emissão recorde, os resgates foram altos em abril e somaram R\$ 133,05 bilhões. Isso porque tradicionalmente o primeiro mês de cada trimestre concentra vencimento de títulos prefixados.

Com a forte emissão de títulos vinculados à Selic, a composição da DPF variou da seguinte forma de março para abril: títulos vinculados a Selic: 47,71% para 48,59%; títulos corrigidos pela inflação: 26,67% para 26,76%; títulos prefixados: 21,80% para 20,85%; e títulos vinculados ao câmbio: 3,83% para 3,8%.

EUA alertam para falta de segurança na Bolívia

A Embaixada dos EUA na Bolívia suspendeu os serviços consulares de rotina nestas quarta e quinta-feira e está recomendando aos cidadãos estadunidenses que evitem viagens por terra no país em meio ao aumento de bloqueios de estradas, protestos e uma greve de transportes que paralisou parcialmente a capital.

A medida, anunciada no site oficial da embaixada, reflete a deterioração das condições de mobilidade e segurança em diversas regiões da Bolívia após quatro semanas consecutivas de mobilizações trabalhistas e protestos sociais que bloquearam rotas estratégicas em todo o país.

“Os serviços consulares de rotina na Embaixada dos EUA em La Paz, Bolívia, estão suspensos na quarta-feira, 27 de maio, e na quinta-feira, 28 de maio”, disse a embaixada em um comunicado, acrescentando que apenas emergências consulares para cidadãos estadunidenses serão atendidas.

A missão diplomática alertou que os bloqueios e manifestações estão interrompendo o “transporte e outros serviços essenciais”, enquanto o Governo dos EUA tem “capacidade limitada” para auxiliar seus cidadãos devido aos riscos de segurança nas estradas.

Os protestos, inicialmente motivados por reivindicações salariais e queixas setoriais, evoluíram para demandas políticas diretas contra o governo, lideradas por organizações ligadas à Central Sindical Boliviana (COB), sindicatos camponeses e grupos indígenas.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,0743
Dólar Turismo	R\$ 5,2657
Euro	R\$ 5,9065
Iuan	R\$ 0,7403
Ouro (gr)	R\$ 729,51

ÍNDICES

IGP-M	2,73% (abril) 0,52% (março)
IPCA-E	RJ (março) 0,46% SP (março) 0,52%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

Copa do Mundo põe o Brasil na vitrine

Por Aldo Gonçalves

A 23ª edição da Copa do Mundo da Fifa, maior evento esportivo do planeta, que ocorrerá de 11 de junho a 19 de julho, terá uma audiência prevista para alcançar 6 bilhões de torcedores, 20% superior ao evento de 2022 no Catar, e colocará o Brasil na vitrine do mundo.

A título de curiosidade, de ratificação da importância do futebol para o brasileiro e de como somos uma potência neste esporte, o Brasil é o único a ter participado de todas as Copas, tendo sido campeão

em cinco delas: 1958, 1962, 1970, 1994 e 2002, constituindo-se no maior vencedor.

A próxima edição, que acontecerá nos Estados Unidos, México e Canadá, será histórica e espelhará o objetivo de Fifa de promover a inclusão desportiva e social através do futebol. Se de 1998 a 2022 participaram 32 países em cada e durava aproximadamente um mês, com 64 partidas no total, o formato atual terá a participação de 48 países e tempo maior de duração, 104 jogos em 16 cidades-sede.

O otimismo financeiro em torno da próxima Copa é impressionante. Estimativas apontam para a injeção de US\$ 41 bilhões na

economia global, acarretando possivelmente na geração de 814 mil empregos. A Fifa estima faturar US\$ 11 bilhões, cerca de 50% acima de 2022.

Para o evento mais assistido da história do mundo, por aqui se projeta que 77% dos consumidores deverão acompanhá-lo através da transmissão pela TV aberta (73%). Também se espera que a movimentação financeira comercial no varejo seja de R\$ 8,8 bilhões.

A última pesquisa do Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDLRio) em parceria com o Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município

do Rio de Janeiro (SindilojasRio) junto a 250 lojistas apurou que o comércio prevê aumento médio de 2,5% nas vendas frente ao evento anterior.

O levantamento revelou o ânimo moderado do varejo carioca em virtude do cenário de endividamento das famílias, dos juros elevados, junto com alguns efeitos da violência, fatores que representam freio para o consumo.

Por outro lado, evidentemente que o desempenho do comércio dependerá da evolução da nossa seleção ao longo da competição. Pesquisas indicam que 43% a 47% dos consumidores demonstraram interesse em

aumentar despesas de acordo com os resultados do Brasil.

Além do sucesso desportivo dessa 23ª edição da Copa da Fifa, acreditamos que o comércio poderá ser um dos principais setores a ser beneficiado. Afora os segmentos de artigos esportivos, eletrônicos e o e-commerce, as vendas de supermercados e bebidas deverão crescer significativamente, denotando os reflexos da torcida com o avanço do futebol brasileiro nas etapas do torneio.

Em face disso, poderá haver um misto de sentimento de identidade e orgulho nacional; a disseminação social do uso de camisas

amarelas ou azuis; confraternizações; aglomerações em bares, praias, entre outros lugares atrativos.

O que se pode ter certeza é que o país irá parar para assistir aos jogos do Brasil, enquanto o comércio continuará atuando para que os jogos possam se tornar mais emocionantes, despendendo todo tipo de esforço para atender clientes e satisfazer gostos e necessidades com a oferta de produtos, cumprindo da melhor maneira com seu papel numa ocasião tão especial.

*Aldo Gonçalves
é presidente do CDLRio
e do SindilojasRio.*

Reforma do Código Civil para empresas: por que esperar pode custar caro?

Por Kecy Ceccato

O ambiente empresarial brasileiro está sendo redesenhado simultaneamente em três frentes: Reforma Tributária, mudanças na tributação sobre a renda e o Projeto de Lei que propõe alterações significativas no Código Civil. Em 2026, ignorar esse movimento representa riscos jurídicos e financeiros capazes de impactar qualquer empresa, independentemente do porte.

O custo da indiferença não é abstrato. Ele se traduz em litígios, passivos ocultos e oportunidades perdidas. Nenhum empresário que atua no Brasil em 2026 pode se dar ao luxo de olhar apenas para o próprio setor e ignorar esse contexto legislativo sem considerar consequências reais, como disputas societárias.

O Brasil está prestes a alterar as regras das sociedades empresariais pela primeira vez em mais de duas décadas. O PL 4/2025, em tramitação no Senado e com votação prevista para julho de 2026, impacta diretamente a forma como sócios, investidores e administradores se relacionam.

nam.

Ainda assim, a maioria dos empresários segue esperando a lei entrar em vigor para agir. Esse é, hoje, um dos erros mais caros que podem ser cometidos. Quando o assunto é estrutura societária, reagir depois custa mais do que se antecipar.

O acordo de sócios ganha reconhecimento expresso no Código Civil. Hoje, quando um acordo societário chega ao Judiciário, as interpretações variam de acordo com cada tribunal. Há decisões que respeitam integralmente o que foi pactuado e outras que relativizam esses instrumentos com facilidade. O PL consolida a validade desses acordos e reduz esse espaço de incerteza. Na prática, eles passam a ter força legal ampliada. Mas há um ponto crítico: acordos mal redigidos deixam de ser apenas frágeis e passam a representar riscos concretos.

Outro avanço relevante é a consolidação das quotas preferenciais nas sociedades limitadas. Pela primeira vez, empresários poderão atrair investimentos com preferência econômica sem abrir mão do controle da empresa e sem a necessi-

dade de transformar a estrutura em uma sociedade anônima. Hoje, essas quotas existem com base em instrução normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), mas sem previsão expressa no Código Civil.

As quotas preferenciais são especialmente úteis em operações de entrada de investidores interessados em retorno financeiro privilegiado, mas sem participação na gestão; em planejamentos sucessórios nos quais se busca transferir patrimônio sem transferir o controle; e em estruturas societárias que exigem diferentes classes de sócios, com direitos e deveres distintos. Com o PL, esse modelo ganha base legal mais robusta.

A possibilidade de uma pessoa jurídica exercer a administração também ganha espaço, facilitando estruturas com holdings e grupos empresariais. Em contrapartida, cresce a complexidade na atribuição de responsabilidades. Sem uma governança bem documentada, os riscos aumentam, porque a nova legislação tende a ampliar – e não reduzir – as exigências relacionadas à responsabili-

zação e formalização dessas estruturas.

As assembleias digitais deixam de ser improvisado e passam a contar com respaldo legal. O que já era prática tende a se consolidar como regra, especialmente em empresas com sócios em diferentes localidades ou investidores estrangeiros. Nesse contexto, a reunião presencial passa a ser uma opção, e não mais uma exigência.

Projeto pode transformar relações societárias e elevar riscos

A dissolução consensual de empresas também tende a se tornar mais simples, corrigindo uma distorção histórica: muitas vezes, fechar uma empresa é mais difícil do que abri-la. O PL simplifica o encerramento quando há concordância entre os sócios, o que faz sentido, já que não há razão para o Estado criar obstáculos onde não existe conflito.

Além disso, o projeto reforça a autonomia patrimonial, reduzindo o risco de descon siderações abusivas da personalidade jurídica, e

reconhece bens digitais como ativos societários – algo cada vez mais relevante em operações de M&A, sucessão e valuation.

Os acordos entre herdeiros sobre participações societárias também passam a receber atenção. O projeto permite que beneficiários formalizem entendimentos sobre a disposição de quotas sem que esses instrumentos sejam considerados nulos por tratarem de herança de pessoa viva, o que hoje limita planejamentos sucessórios mais sofisticados em empresas familiares.

A reforma no campo empresarial é necessária, mas seria desonesto ignorar os pontos que geram preocupação. Juristas ouvidos pelo próprio Senado alertaram que algumas alterações contratuais previstas no PL podem ampliar a judicialização, destacando que “a legislação não deve ser expediente de insegurança jurídica para o cidadão, para as empresas, nem para os investidores”.

O risco está na ampliação de conceitos como “função social”, “boa-fé objetiva” e “paridade entre as partes” como justificativas para intervenção judicial. São princípios legítimos.

Mas, quando aplicados sem critérios objetivos, podem abrir espaço para que o Judiciário reinterprete aquilo que foi livremente pactuado entre sócios e investidores. Em um ambiente já marcado por alta litigiosidade, isso deixa de ser um detalhe técnico e passa a ser um fator concreto de risco.

A versão final do texto ainda pode sofrer ajustes e emendas antes da votação. Mas esperar a redação definitiva para agir é um erro estratégico. Independente das mudanças que ainda possam ocorrer, alguns pilares permanecem inalterados: clareza contratual, governança estruturada e previsibilidade nas relações societárias continuarão sendo determinantes. Empresas com mais de um sócio, negócios em expansão, estruturas familiares ou investidores externos estão especialmente expostos.

Em 2026, a diferença entre quem se protege e quem enfrenta litígios não estará apenas na lei, mas no nível de preparação.

*Kecy Ceccato
é sócia da Atra Advogados
e professora de direito societário na Board Academy.*

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impresas







FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Contribuições sobre a folha: quem está devendo

Como falamos ontem, Sesc/Senac e Sesi/Senai poderão ser obrigadas a devolver uma bolada a empresas que recolheram mais do que o devido para as entidades, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça de 2024 – o caso ainda depende de decisão final do STJ. O valor ventilado de R\$ 94 bilhões parece exagerado e carece de comprovação.

Por outro lado, a decisão do Tribunal abrange apenas as 4 entidades citadas acima; outras (como Sebrae, FNDE, Incra, Sest/Senat etc.) ficaram de fora. O que obriga empresas que, mesmo amparadas por decisão judicial, recolheram até o teto de 20 salários mínimos, e não sobre o total do valor da folha de pagamento, recolherem a diferença.

Ricardo Godói, advogado da Confederação Nacional de Serviços (CNS), estima que não há muitas companhias nesta situação, pois há casos em que, ainda que com respaldo da justiça, empresas optaram por fazer o pagamento integral.

Mas, em alguns casos, o impacto pode ser alto. Uma empresa do ramo de transportes, por exemplo, terá de pagar R\$ 5 milhões, valor que equivale ao faturamento mensal da companhia.

Já é mágica

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Cavaliere (vice que sucedeu seu xará Paes, que deixou o cargo para se candidatar a governador), classificou de “interesses escusos” ação movida pela Secretaria Estadual de Defesa do Consumidor contra o fim do pagamento em dinheiro nos ônibus municipais.

Interessante que, após reação popular e midiática à decisão de impor o pagamento apenas com o cartão Jaé a partir de junho, a Prefeitura, num passe de mágica, conseguiu implementar o uso também de Pix e, em breve, cartões de crédito ou débito.

Pela decisão inicial, o passageiro do Rio que não tinha o Jaé teria de comprar o cartão avulso; ao preço de R\$ 5 cada, considerando 260 mil passagens que eram pagas diariamente em dinheiro, a empresa que administra o Jaé receberia uma bolada.

Fixação em 6 milhões

Segundo o site Intercept Brasil, Eduardo Bolsonaro vive numa mansão nos EUA avaliada em R\$ 6 milhões e pela qual pagaria um aluguel estimado em R\$ 30 mil.

Em 2021, o irmão Flávio comprou, com recursos de origem controversa, uma mansão em Brasília, no Lago Sul, por... R\$ 6 milhões.

Quem deterá?

Depois de destruir Gaza, Israel arrasa o Líbano. De quebra, sabota a negociação entre EUA e Irã.

Rápidas

Fiocruz e Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (Iarc), ligada à OMS, anunciaram em Lyon, França, parceria para cooperação no cuidado oncológico envolvendo pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico, comunicação e formulação de políticas *** A Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular (SBACV) iniciou mobilização do projeto “Brasil Sem Varizes”, mutirão nacional que pretende realizar, em 15 de agosto, a maior ação de tratamento de varizes já promovida no país. Cerca de 50 hospitais e clínicas já aderiram *** A Enel Rio está com mais de 530 vagas abertas para eletricitistas em toda a sua área de concessão *** Helena Levorato, fundadora da Sociedade Brasileira de Inovação (SBI), participa do Ladies Summit em Porto Alegre, dia 30, 15h, com a palestra “Inovação 360: criatividade, adaptação e inteligência para um novo mundo”.

Brasil está mais competitivo no cenário global

Mudança já é atribuída a reforma tributária

O novo ambiente tributário brasileiro parece que já está refletindo no aumento da competitividade do país no cenário global. Foi esse o consenso entre os especialistas em tributos reunidos no 17º International Tax Seminar realizado, recentemente, em São Paulo, pela EY (empresa global de consultoria e auditoria).

O IVA Dual, novo modelo de tributação sobre o consumo criado pela reforma tributária, representa o primeiro pilar de mudança. Com ele, cinco tributos serão transformados em dois impostos distintos: o CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços e que substitui o PIS, Cofins e IPI) de competência federal e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que será compartilhado entre estados e municípios e que substituirá o ICMS e o ISS.

Na fase atual, a cobrança da CBS já acontece de forma efetiva e em conjunto com o período de testes para adaptação do sistema tributário brasileiro. Em 2029, o IBS começa a ser implementado progressivamente pelos estados e municípios. A consolidação total é prevista para 2033. Os impostos atuais (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) serão totalmente extintos e o IVA Dual passará a operar de forma definitiva “É muito mais fácil falar para o investidor que o país tem um IVA dual do que mencionar a complexidade formada por PIS, COFINS, IPI, ISS e ICMS”, complementa Gustavo Carmona, sócio-líder de tributação e transações internacionais da EY Brasil.

O segundo pilar de mudança é o novo sistema de preços de transferência que passou por uma transformação inserindo novas regras

alinhadas ao princípio da plena concorrência e às normas internacionais, em especial às Diretrizes de Preços de Transferência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Diretrizes da OCDE).

Na avaliação de Carmo-na, o compliance do pilar 2 já está exigindo bastante das empresas, com a aproximação do prazo de entrega da GIR (GloBE Information Return), obrigação acessória padronizada da OCDE exigida das multinacionais para comprovar o pagamento da tributação mínima global de 15%. “Há dois grupos de empresas neste momento: as que estão sofrendo para preparar esse documento e aquelas que já finalizaram esse trabalho, mas não estão conseguindo apresentar a GIR para a administração tributária. Isso porque, nesse segundo caso, temos visto muitos países europeus com sistemas que ainda não estão prontos para receber o documento”, explicou o executivo.

Alterar a tributação da origem para o destino colocou o país em um patamar equivalente ao do exterior, “facilitando assim a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor”, afirma Wayne Peron, sócio-líder de impostos da EY Brasil.

“Em duas décadas atuando com tributação internacional, percebi, nos últimos anos, redução de novos investimentos no país. No entanto, com essas novidades no ambiente tributário, já tenho visto a volta desses aportes, com o país retornando para as cadeias de valor, o que abre oportunidades de investimento em diversos setores da economia”, destaca o consultor.

Na avaliação de Tiago Aguiar, sócio de tributação

e transações internacionais da EY Brasil, ainda que esse efeito do aumento da competitividade ocorra de forma gradual, conforme a agenda da reforma tributária vá sendo superada, o otimismo já prevalece tanto internamente no Brasil quanto lá fora por parte de empresas com atuação em vários países. “Em um ambiente de negócios integrado e sujeito, portanto, a uma série de variáveis de impacto global, a padronização do cenário tributário é relevante não apenas do ponto de vista de conformidade como também de estímulo a novos negócios, com impacto positivo para o resultado das organizações”, disse.

Para Ramon Taboada, sócio em tributação internacional da EY Suíça, os últimos anos foram incríveis para o Brasil no cenário tributário. Na visão dele, isso começa em 2024 com o alinhamento dos preços de transferência com as regras da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). “Essa foi uma enorme conquista, já que facilitou a operação das empresas. O não alinhamento, com o Brasil tendo um método diferente ou único no mundo, vinha se mostrando complicado, gerando dificuldades para o dia a dia das multinacionais e das subsidiárias brasileiras”, observou.

Taboada destaca a reforma dos tributos indiretos, que se trata de uma reforma de negócios, aumentando a eficiência e a competitividade do país no mundo inteiro na medida em que cria ambiente atrativo para investimentos. “Tudo isso alinhado ao fato de o Brasil ser um líder regional geopoliticamente e global do pon-

to de vista de energia limpa chama atenção dos europeus, especialmente neste momento de busca dos países pelo fortalecimento de suas cadeias de suprimento. O país passa a ser destino ideal para abertura de uma sucursal”, disse.

Já Stephen Bates, sócio-líder em tributação internacional da EY nos Estados Unidos, apesar de considerar que seus clientes ainda veem o Brasil como um país difícil de operar, ressaltou que a reforma tributária está na direção certa para alterar essa visão. “Vejo o Brasil, por utilizar muito bem os dados integrados ao negócio, com potencial de fazer com que a inteligência artificial floresça plenamente. Os investidores estão atentos a isso, direcionando seus recursos para empresas com casos de sucesso na utilização da IA”, pontuou.

Katherine Pinzon, sócia-líder de preços de transferência da EY nos Estados Unidos, lembrou-se do período em que atuou no Brasil. “Fiquei surpresa já naquela época com o grau elevado de digitalização dos processos corporativos. O cenário sempre foi orientado a dados, com as empresas brasileiras tendo essa característica no seu DNA. A tecnologia já estava sendo usada para executar a metodologia de preço de transferência, por exemplo”, afirmou.

Para a executiva, será muito interessante acompanhar como os contribuintes brasileiros vão adaptar seus modelos de inteligência artificial e de tecnologia em geral para fornecer resultados ainda mais confiáveis. “Caberá inclusive à administração tributária apresentar a mesma maturidade tecnológica demonstrada pelas empresas nos seus esforços de conformidade”, finalizou.

(-0,33%), os combustíveis desaceleraram de 6,06% em abril para -1,47% em maio. Houve recuos no etanol (-2,73%), óleo diesel (-2,04%) e na gasolina (-1,32%). Já o gás veicular teve alta de 2,12%. As passagens aéreas aumentaram 3,25%, após recuarem 14,32% em abril.

Segundo a Agência IBGE Notícias, entre as 11 áreas onde os preços são coletados para o cálculo do IPCA-15, a maior alta foi registrada em Goiânia (1,41%), por conta das altas do etanol (16,62%) e da gasolina (9,67%). O menor resultado foi em Brasília (0,33%), com os recuos do ônibus urbano (-3,30%) e da gasolina (-2,96%).

Prévia da inflação foi de 0,62% em maio

A prévia da inflação de maio foi de 0,62%, 0,27 ponto percentual abaixo da taxa de abril (0,89%). Os grupos alimentação e bebidas (1,38% e 0,30 p.p.) e habitação (1,03% e 0,15 p.p.) contribuíram positivamente no resultado geral, enquanto transportes foi o único grupo com resultado negativo (-0,33%).

No ano, o IPCA-15 acumula alta de 3,02% e, em 12 meses, 4,64%, acima dos 4,37% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em maio de 2025, o IPCA-15 foi de 0,36%.

Os dados foram divulgados nesta quarta-feira pelo IBGE.

Entre produtos e serviços

pesquisados para o cálculo do IPCA-15, os maiores impactos sobre o índice geral vieram da energia elétrica residencial (2,16% e 0,09 p.p.), das carnes (1,98% e 0,06 p.p.), da higiene pessoal (1,60% e 0,06 p.p.) e do leite longa vida (6,07% e 0,05 p.p.). Já entre os subitens com impactos negativos neste mês, destacaram-se gasolina (-1,32% e -0,07 p.p.), etanol (-2,73% e -0,02 p.p.) e café moído (-2,09% e -0,01 p.p.).

A alimentação no domicílio saiu de 1,77% em abril para 1,73% em maio. Contribuíram para esse resultado as quedas da maçã (-2,32%) e do café moído (-2,09%). Por outro lado, destacaram-se as altas da

batata-inglesa (26,29%), do tomate (12,97%), do leite longa vida (6,07%) e das carnes (1,98%). Já a alimentação fora do domicílio (0,51%) desacelerou em relação a abril (0,70%), com as variações da refeição (0,57%) e do lanche (0,37%) que, em abril, haviam subido 0,65% e 0,87%, respectivamente.

Os preços do grupo habitação subiram 1,03%, com destaque para a energia elétrica residencial (2,16%), principal impacto individual (0,09 p.p) no IPCA-15 de maio, mês em que passou a vigorar a bandeira tarifária amarela, com a cobrança adicional de R\$1,885 a cada 100kWh consumidos.

No grupo transportes

REGISTRO
GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

ESSÊNCIA 50+ - A startup Somos 50+, hub de conhecimentos e experiências focada na economia da longevidade promove, nesta quinta-feira, evento em Botafogo, no Rio, voltado para o público 50+. A ação trará diálogos sobre bem-estar na maturidade com renda 100% revertida para causa social - doação de fraldas geriátricas para a Casa de Felipe, unidade de assistência a idosos do Lar Frei Luiz, na Taquara. A programação acontecerá das 8h30 às 12h30 no Edifício Argentina – Salão Pão de Açúcar - incluindo um café da manhã de integração, seguido por painéis liderados por um time multidisciplinar de especialistas composto por médica, psicóloga, astróloga e fisioterapeuta. Inscrições: [Link do Sympla]

LADIES SUMMIT - Porto Alegre recebe no dia 30 de maio, sábado, o Ladies Summit, principal evento do Instituto Ladies in Tech e um dos maiores encontros voltados à liderança feminina em tecnologia e empreendedorismo. Para esta edição, o tema principal é “Liderança que transforma, inspiração que move”, um encontro que vai reunir as principais vozes do ecossistema. Helena Levorato, fundadora da Sociedade Brasileira de Inovação (SBI) e idealizadora do Mulheres Que Inovam, tem presença confirmada e vai subir ao palco, às 15h, para falar sobre o lado humano da inovação, mostrando que inovar não é apenas criar algo novo, mas desenvolver flexibilidade, visão, criatividade e inteligência comportamental para evoluir continuamente em cenários de alta transformação. O tema central da palestra será “Inovação 360: criatividade, adaptação e inteligência para um novo mundo”. Sobre a participação no encontro, Helena enfatiza sobre a importância de abordar um tema que tem diferentes interpretações, “É uma honra estar neste grandioso evento para pontuar e mostrar como é possível se adaptar, inovar e evoluir em um mundo que muda o tempo inteiro, ainda mais ao lado de pessoas tão relevantes. É uma excelente oportunidade para troca de conhecimentos, insights e fazer conexões”, destaca Levorato. Local: PUCRS, Prédio 50, Av. Ipiranga, 6681, Porto Alegre/RS

BAURUCAS - O Brasil que é um dos maiores consumidores e produtores de milho-pipoca no mundo, com cerca de 300 mil toneladas produzidas anualmente. Em nesse mercado cada vez mais disputado, sai na frente quem inova o clássico – iniciativa que foi a grande virada de chave do empreendedor Maurício Matheus, fundador da rede Baurucas, rede carioca especializada em pipocas artesanais com mais de 40 pontos de vendas no RJ e SP, que compartilha aprendizados práticos para quem deseja entrar nesse segmento. Segundo o empresário, um dos erros mais comuns entre iniciantes é acreditar que qualidade, por si só, é diferencial competitivo. “Tem muita gente boa fazendo produto bom. Produto de qualidade não é diferencial. O que diferencia você do outro, no final, é a marca que você constrói”, afirma. Para Maurício, evitar erros graves no início passa por três pilares centrais: marca, margem e desenvolvimento do modelo de negócio. Confira as dicas do especialista para quem quer investir no setor: 1 - Marca vai além do logotipo; 2 - Começar pequeno, mas estrategicamente; 3 - Margem como proteção do negócio; 4 - Aprendizado contínuo. Hoje, são 43 lojas em funcionamento em todo o estado do Rio de Janeiro, e os planos é chegar em outros estados do país. O ano de 2025 foi encerrado com R\$ 26 milhões. Para 2026, os planos são grandiosos – a rede espera faturar R\$45 milhões, chegar em outros estados da região Sudeste, com previsão do crescimento da fábrica e interiorização da marca.

FII PORTO MARAVILHA - O FII Porto Maravilha (FII PM), administrado pela CAIXA, abriu manifestação de interesse para investidores em uma eventual venda futura de um terreno localizado na Avenida Francisco Bicalho, 49, em Santo Cristo, na região do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro. O valor mínimo da oferta é de R\$ 27,5 milhões. As propostas devem ser encaminhadas para o e-mail negociosporto@caixa.gov.br até o dia 8 de junho. A medida ocorre após manifestação de interesse de um terceiro e segue critérios de transparência, isonomia e governança do Fundo. A consulta não é vinculante e não obriga a venda imediata do imóvel. Após o recebimento de todas as propostas, o processo seguirá o rito de governança do Fundo. O imóvel é um terreno com aproximadamente 2.500 m², que deve ser adquirido juntamente com, no mínimo, 15 mil CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção), títulos que concedem direito de construir além do limite básico previsto em lei para a área. Mais Informações do processo competitivo em www.vempa-raoporto.com.br/servicos.

Dia dos Namorados deve gerar R\$ 22 bilhões no varejo

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo SPC Brasil estima que aproximadamente 93 milhões de brasileiros devem ir às compras pelo Dia dos Namorados deste ano, gerando uma movimentação financeira superior a R\$ 22 bilhões entre os setores de comércio e serviços e consolidando a data como o terceiro período mais lucrativo para o varejo nacional, atrás apenas do Natal e do Dia das Mães. No entanto, o otimismo do mercado divide espaço com a preocupação financeira: cerca de um terço dos consumidores planeja presentear mesmo estando com a conta atrasada.

A tradição, criada in 1948 pelo publicitário João Doria (pai) para aquecer a venda no mês de junho, mantém sua força estrutural. O varejo eletrônico, que em 2025 faturou R\$ 9,23 bilhões (alta de 15,1% em relação ao ano anterior), continua forte, mas o destaque de 2026 promete ser a experiência presencial.

Segundo o levantamento, o ticket médio nacional para a escolha do presente será de R\$ 238 por pessoa. A grande maioria do entrevistado pretende agraciar cônjuge (58%) ou namorado (34%), sendo que 61% planejam adquirir um único item. O produto mais cobijado pelo apaixonado é a roupa (38%), seguida de perto por perfume e cosmético (34%), calçado (20%) e chocolate (18%).

Ao contrário da tendência de digitalização total, a

loja física vai liderar a preferência: 75,70% do consumidor afirma que pretende comprar em estabelecimento tradicional, especialmente no centro urbano.

Regionalmente, o número também impressiona. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, uma pesquisa conjunta da Fecomércio-MS (IPF-MS) e do Sebrae do estado prevê uma injeção de R\$ 356,79 milhões na economia local. Por lá, o gasto médio estimado é bem mais alto que a média nacional: R\$ 543,47 por consumidor, dividido entre a compra do presente e a comemoração.

Na hora de pagar, a preferência nacional será pela modalidade à vista (69%), com o Pix liderando a intenção (34%). Para quem optar pelo parcelamento (28%), o cartão de crédito será a principal ferramenta, com uma média de 3,5 prestação. Desconto para pagamento imediato é apontado por 64,13% da pessoa como o principal fator de escolha do local de compra.

Apesar do desejo de celebrar, 77% afirmam que presentear é uma forma indispensável de demonstrar afeto, mas o cenário econômico exige cautela. O levantamento revelou que 31% do que vai comprar presente está com conta em atraso e, deste grupo, 71% estão com o nome negativado. Além disso, 28% do entrevistado admitiram que vão gastar mais do que podem para agradar o parceiro.

A corrida para garantir a lembrança já começou, mas o brasileiro manterá o hábi-

to de deixar para o final. A estimativa é de que 10,5 milhões de pessoa comprem o presente na última hora. O cronograma aponta que 45% pretendem resolver a compra na primeira semana de junho, 25% anteciparam-se em maio e 11% só vão à compra na véspera do dia 12.

Para o casal que planeja estender a comemoração, 39% preferem o aconchego de celebrar em casa, enquanto 31% optarão por restaurante e 8% por hotel ou motel.

A alta demanda pelo uso de meios de pagamentos digitais promete marcar o Dia dos Namorados, importante data do setor varejista brasileiro, com um novo recorde de uso do Pix e das carteiras digitais. A tendência em meios de pagamentos digitais foi um dos destaques da 11ª edição anual do Global Payments Report, que analisa o comportamento dos consumidores em 42 países nos cinco continentes e mapeia tendências até 2030, que posiciona o ritmo acelerado do Brasil no uso da modalidade, de forma significativa, remodelando o consumo e o varejo nacional.

O Pix é o grande protagonista das transações digitais no Brasil, segundo o relatório, a modalidade foi responsável por 38% das transações no e-commerce e 34% do volume nos pontos de venda (PDV). Além disso, quando analisadas as em transações A2A no mundo, esse tipo de pagamento também lidera com 42% no e-commerce e 34% no PDV.

Já o cartão de crédito, ainda muito utilizado no Brasil por oferecer opção de parcelamento – o que amplia o poder de compra –, e benefícios diversos, representou quase a metade do valor transacionado em 2025, com 40% de participação no varejo eletrônico e 31% no PDV.

O dinheiro em espécie continua relevante. Os consumidores ainda utilizam dinheiro em espécie mais do que a média global (23% do valor no – (Pontos de venda – em 2025, contra 14% globalmente). Na região: Brasil (12%), Chile (16%) e Argentina (17%) estão mais alinhados à média global, enquanto Peru (30%), Colômbia (32%) e México (40%) lideram o uso.

O uso de código QR está em ascensão e é amplamente usado no Peru (Yape), Colômbia (Nequi) e Argentina (Mercado Pago).

O crescimento sustentado das carteiras digitais impulsionadas por cartões sugere que os consumidores se sentem mais confortáveis com inovações em pagamentos quando sentem seguros e familiarizados – caso do cartão de crédito no Brasil.

Os pagamentos Conta a Conta (A2A) estão se expandindo. Para além do Pix, na Argentina, o Transferências 3.0 continua a impulsionar a adoção do A2A, e já representa 15% do e-commerce e 10% do valor no Ponto de Venda. A Colômbia seguiu o mesmo caminho em 2025, quando seu Banco Central lançou seu sistema de pagamentos instantâneos, o Bre-B.

Arrecadação de IPVA atinge R\$ 90,68 bilhões em 2025

O Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) divulgou seu estudo anual sobre a “Arrecadação de IPVA e sua proporcionalidade em relação à frota de veículos em circulação e à população brasileira”. O levantamento apresenta a contribuição do imposto de forma proporcional entre os estados, considerando a complexidade das variáveis envolvidas.

De acordo com o estudo, a arrecadação de IPVA em 2025 atingiu R\$ 90,68 bilhões. O estado de São Paulo, mais uma vez, lidera como maior arrecadador (R\$ 30.451.780), enquanto Roraima registra o menor (R\$ 140.130).

Segundo o presidente-

-executivo do IBPT e um dos autores do estudo, João Eloi Olenike, houve um crescimento de 1,05% na arrecadação. Com isso, o valor passou de R\$ 86,63 bilhões em 2024 para R\$ 90,86 bilhões em 2025. “Embora o crescimento de 1,05% na arrecadação pareça modesto à primeira vista, ele reflete a resiliência do setor automotivo e a eficiência fiscal dos estados, especialmente diante de um cenário econômico desafiador. O volume arrecadado demonstra que, mesmo com as disparidades regionais — como entre São Paulo e Roraima —, o IPVA se consolida como uma importante fonte de recursos para suprir os gastos correntes dos estados

brasileiros.”, afirma Olenike.

As maiores arrecadações foram registradas, em ordem, nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Já os menores volumes foram observados em Roraima, Amapá, Acre, Sergipe e Tocantins.

O estudo também aponta que a frota de veículos em circulação no Brasil alcançou, em dezembro de 2025, um total de 129.102.214 unidades. Os maiores volumes concentram-se nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

No indicador de veículos por habitante, Santa Catarina apresenta a maior pro-

porção (0,82), seguida por Paraná (0,81), São Paulo (0,77), Mato Grosso e Rio Grande do Sul (ambos com 0,76). Já as menores proporções foram registradas no Amazonas (0,30), Maranhão (0,34), Pará e Amapá (0,35) e Bahia (0,38).

O presidente-executivo do IBPT destaca ainda que diferenças na carga tributária e facilidades burocráticas entre estados podem incentivar a migração de contribuintes. “Isso ocorre principalmente no emplacamento de frota empresariais. Empresas com grande quantidade de veículos no ativo fixo, e com distâncias geograficamente favoráveis, tendem a buscar estados com menor carga tributária e menos burocracia”, explica.

Seguro auto recua em abril nas principais capitais do país

Rio de Janeiro destoa com alta nos preços

Os preços médios do seguro auto registraram queda em abril nas principais capitais brasileiras, segundo levantamento da Creditas Seguros, parte da principal plataforma de crédito com garantia da América Latina. O movimento foi observado tanto no perfil masculino quanto no feminino, com exceção do Rio de Janeiro, única capital a apresentar alta nos dois recortes analisados (4% no perfil masculino e 19% no feminino).

Para os homens, o valor médio das apólices caiu de R\$ 2.636,12 em março para R\$ 2.375,64 em abril, uma redução de 10%. Já para as mulheres, a média passou de R\$ 3.104,04 para R\$ 2.627,10 no período, representando queda de 15%.

O estudo considera as cotações nas onze capitais brasileiras de maior representatividade no mercado automotivo (segundo ranking da Fenabrave) e analisa os dez modelos de veículos mais vendidos em cada período.

Para Michel Tanam, gerente da Credits Seguros, este é um momento favorável para o consumidor buscar novas cotações. “Os dados de abril mostram um movimento mais favorável para o consumidor, com redução nos preços médios em grande parte das capitais analisadas. Ao mesmo tempo, o comportamento do Rio de Janeiro reforça como fatores regionais impactam diretamente o valor do seguro auto. Por isso, comparar cotações e revisar periodicamente a apólice faz diferença para encontrar condições mais competitivas em cada perfil e localidade”, esclarece o executivo.

Destakes

Durante o mês, os dois modelos da BYD, Dolphin e Mini EV 5 Automático (R\$

3.219,03 para homens e R\$ 3.931,93 para as mulheres) e Song Pro (R\$ 3.026,03 para homens e R\$ 3.930,04 para mulheres), se destacaram como os veículos com os maiores valores médios de apólice nacional para ambos os perfis. Em contraste, o Novo HB20 Comfort 1.0 12V Flex Manual registrou os menores preços médios (R\$ 1.739,84 para homens e R\$ 1.914,27 para mulheres). Entre as capitais, o Rio de Janeiro manteve os valores médios mais altos para ambos os gêneros (R\$ 4.101,05 para homens e R\$ 4.678,35 para mulheres). Para o perfil masculino, as demais capitais com os maiores preços de abril foram: São Paulo (SP): R\$ 2.309,54; Recife (PE): R\$ 2.293,46; Goiânia (GO): R\$ 2.292,62; e Salvador (BA): R\$ 2.287,38.

Já as mais baratas em abril foram: Belo Horizonte (MG): R\$ 2.129,52; Curitiba (PR): R\$ 2.110,88; Florianópolis (SC): R\$ 2.067,28; e Brasília (DF): R\$ 2.014,74.

Para o perfil feminino, as capitais com maiores valores médios, além do Rio de Janeiro, foram: Recife (PE): R\$ 2.639,30; Salvador (BA): R\$ 2.613,13; Porto Alegre (RS): R\$ 2.521,65; Goiânia (GO): R\$ 2.480,54.

Ja os valores mais acessíveis foram: Curitiba (PR): R\$ 2.318,35; Florianópolis (SC): R\$ 2.295,67; Belo Horizonte (MG): R\$ 2.285,52; e Brasília (DF): R\$ 2.267,36.

Maiores variações

TSI 1.0 Flex Aut.: O seguro do veículo registrou preço médio de R\$ 2.088,19 em abril para o gênero masculino, uma queda de 14,23% frente os R\$ 2.434,74 observados em março. Para o perfil feminino, o preço médio ficou em R\$ 2.199,97 em abril, uma queda de 20,48% frente aos R\$ 2.766,50 re-

Entre as capitais, para os homens, os maiores preços foram no Rio de Janeiro (R\$ 3.386,15), Recife (R\$ 2.324,43) e Salvador (R\$ 2.028,57), enquanto para as mulheres foram no Rio de Janeiro (R\$ 3.861,57), Recife (R\$ 2.429,28) e Salvador (R\$ 2.180,18).

- BYD Song Pro GL 1.5 DM-I Híbrido Aut.: O Song Pro entrou no ranking dos mais vendidos em fevereiro e ocupa a última posição em abril. A apólice para o veículo registrou preço médio de R\$ 3.026,03 em abril para o gênero masculino. Para o perfil feminino, o preço médio foi de R\$ 3.930,04 em abril. Entre as capitais, para os homens, os maiores preços foram no Rio de Janeiro (R\$ 5.519,93), Vitória (R\$ 3.726,55) e Porto Alegre (R\$ 2.982,39), enquanto para as mulheres foram no Rio de Janeiro (R\$ 10.129,77), Vitória (R\$ 4.211,12) e Porto Alegre (R\$ 3.711,47).

- Argo 1.0 6V Flex Manual: O seguro do veículo registrou preço médio de R\$ 2.312,06 em abril para o gênero masculino, uma queda de 13,45% frente aos R\$ 2.671,22 observados em março.

Para o perfil feminino, o preço médio ficou em R\$ 2.380,81 em abril, uma queda de 27,35% frente aos R\$ 3.277,30 registrados no mês anterior. Entre as capitais, para os homens, os maiores preços foram no Rio de Janeiro (R\$ 4.091,35), São Paulo (R\$ 3.148,66) e Porto Alegre (R\$ 2.334,22), enquanto para as mulheres foram no Rio de Janeiro (R\$ 3.708,39), São Paulo (R\$ 3.527,34) e Porto Alegre (R\$ 2.485,08).

5 Automático: O seguro desse veículo registrou o maior preço médio de abril para ambos os gêneros. Para o perfil masculino foi de

R\$ 3.219,03, uma queda de 17,27% frente aos R\$ 3.890,91 observados em março. Para o perfil feminino, o preço médio foi de R\$ 3.931,93 em abril, uma queda de 8,80% frente aos R\$ 4.311,27 registrados no mês anterior. Entre as capitais, para os homens, os maiores preços foram no Rio de Janeiro (R\$ 3.925,15), Vitória (R\$ 3.471,90) e Belo Horizonte (R\$ 3.469,98) enquanto para as mulheres foram no Rio de Janeiro (R\$ 5.625,97), Salvador (R\$ 4.341,08) e Recife (R\$ 4.057,49).

- Novo HB20 Comfort 1.0 12V Flex Manual: Após entrar no ranking pela primeira vez este ano, o veículo teve o menor preço médio de apólice em abril para ambos os gêneros. Para o perfil masculino, registrou R\$ 1.739,84. Para o perfil feminino, o preço médio foi de R\$ 1.914,27 em abril. Entre as capitais, para os homens, os maiores preços foram no Rio de Janeiro (R\$ 2.756,68), Curitiba (R\$ 1.813,42) e Goiânia (R\$ 1.789,66), enquanto para as mulheres também foram no Rio de Janeiro (R\$ 2.937,39), Goiânia (R\$ 1.907,46) e Salvador (R\$ 1.907,27).

Detalhes da cotação

As cotações mencionadas no texto são as de menor valor dentro dos perfis avaliados com as seguradoras.

Capitais: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Recife (PE), Goiânia (GO), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Vitória (ES) e Salvador (BA).

Seguradoras: Azul, Alfa, Aliro, Allianz, Bradesco, HDI, Itaú, Ituran, Liberty, Sompó Seguros, Mapfre, Mitsui, Porto Seguro, Tokio Marine e Zurich.

Perfis: Homem e mulher,
35 anos, casado(a).

REGENERA RIO S.A.
CNPJ/MF nº 10.319.900/0001-50 - NIRE nº 33.300.293.141
(Companhia Aberta)

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Realizada em 30 de Abril de 2026

Data, Horário e Local: 30/04/2026, às 11h, no endereço da sede social da Companhia. **Presença:** presente a única acionista representando a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas", arquivado na sede social da Companhia. **Publicações:** as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do relatório da administração e do relatório emitido pelos auditores independentes foram publicadas no Jornal "Monitor Mercantil", em suas versões impressa e digital, no dia 25/03/2026. **Mesa:** Presidente: Sr. **André Pires de Oliveira Dias**; Secretário: Sr. **Yaroslav Memrava Neto**. **Deliberações:** resolveu: Em **Assembleia Geral Ordinária:** (i) aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do relatório da administração e do relatório emitido pelos auditores independentes; (ii) tendo em vista que a Companhia registrou prejuízo no exercício social encerrado em 31/12/2025, não há destinação de lucros a ser realizada; e (iii) aprovar a fixação da remuneração global dos membros da administração da Companhia, para o exercício de 2026, em até R\$ 100.000,00, a ser rateado em comum acordo. Em **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aprovar a alteração do jornal utilizado para publicação dos atos societários da Companhia, que passa a ser o "Diário Comercial", em substituição ao "Monitor Mercantil". **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: **André Pires de Oliveira Dias**; Secretário: **Yaroslav Memrava Neto**. Acionista: **Regenera Rio Holding S.A.** (por André Pires de Oliveira Dias e Yaroslav Memrava Neto). Rio de Janeiro/RJ, 30/04/2026. **Mesa:** André Pires de Oliveira Dias - **Presidente**; Yaroslav Memrava Neto - **Secretário**. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** - Empresa: REGENERA RIO S.A. NIRE: 333.0029314-1. Protocolo: 2026/00562031-4. Data do protocolo: 22/05/2026. Certifico o arquivamento em 25/05/2026 sob o número 00007795939. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

JUIZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE SÃO GONÇALO - RJ

EDITAL de 1º e 2º Leilão Eletrônico e Intimação, extraídos dos autos da Ação de DESPESAS CONDOMINIAIS, movida por CONDOMÍNIO MARQUES DE MARICÁ em face de ODILON LIMA NASCIMENTO, processo nº 0012678-19.2016.8.19-0087, na forma abaixo: A Dra. LARISSA PINHEIRO SHUELER PASCOAL, Juíza da Vara acima, FAZ SABER por este Edital com prazo de 5 dias, a todos os interessados especialmente a ODILON LIMA NASCIMENTO e ANA CRISTINA GONÇALVES SANT'ANNA, que em **09/06/26, às 11:00 hs.**, no site do leiloeiro, <https://licitatleiloes.com.br>, o Leiloeiro MARIO MILTON B. RICART, venderá de forma eletrônica (on line) conforme art. 879 inciso II do CPC, não havendo licitantes no dia **11/06/26**, no mesmo local e hora, a quem mais oferecer acima de 60% da avaliação, na forma do art. 891 § único do CPC, o imóvel registrado no 4º RGI da Comarca de São Gonçalo, matrícula nº 37.608, Rua José Mendonça de Campos, nº 187, bloco 17, apto. 201-B, avaliado as fls. 254 em 02/12/2024, por R\$ 200.000,00. Condições Gerais da Alienação: constam no Edital na íntegra, no site do leiloeiro e nos autos. Pagamentos: à vista confor. art. 892 do CPC, ou conforme fls 291/292, pagamento imediato de 30% do valor lançado, com a complementação no prazo de 3 dias acrescida de 5% ao leiloeiro e custas de 1%, ocorrendo arrematação, adjudicação ou remição. O interessado em adquirir o bem em prestações, deverá apresentar ao Juízo, por escrito, até o início do primeiro ou do segundo leilão, proposta de aquisição do bem, na forma do Artigo 895 do CPC. Caso a proposta para venda parcelada venha ocorrer após a realização dos leilões, será devida a comissão de 5% ao Leiloeiro. Para conhecimento de todos foi expedido este, outro na íntegra estará afixado no local de costume e na sede do juízo e nos autos, ficando o executado ciente da Hasta Pública, se este não for encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, suprido assim a exigência contida no Art. 889 inciso I do NCPC. Dado e passado nesta cidade, em 27/05/26. Eu, Flávia Siqueira da Silva de Gutierrez, Chefe de Serventia, o fiz digitar e subscrevo. (ass) Dra. LARISSA PINHEIRO SHUELER PASCOAL, Juíza de Direito.

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ nº 02.201.501/0001-61 / NIRE nº 33.3.001.6639-4

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2026

Lavrada em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76.

1) Data, Hora e Local: No dia 24 de abril de 2026, às 11:30 horas, foi realizada, em formato digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, e dentro do devido prazo legal, a Assembleia Geral Ordinária do BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 124, § 2º da Lei nº 6.404/76 e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI nº 81"), com suas alterações posteriores, e, para todos os fins legais, em sua sede social na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 330 - Torre Oeste, 14º andar, CEP 20031-170. **2) Mesa:** Presidente: Eduardo Adriano Koelle; Secretário: Rodrigo Bovo Peres

3) Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia, em razão da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **4) Publicações:** Atendendo às determinações do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, os Diretores da Companhia disponibilizaram aos acionistas os seguintes documentos, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025: (a) Relatório da Diretoria acerca dos negócios, informações e principais fatos administrativos daquele exercício findo; e (b) Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes. Os referidos documentos foram publicados no Monitor Mercantil em edição do dia 31/03/2026 na forma que preceitua o artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e a Resolução CCB nº 2, de 12/08/2020, bem como em observância aos termos dos artigos 124, §4º e 133, §4º da Lei nº 6.404/76. **5) Ordem do Dia:** (i) Tomar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2025; (ii) Fixar a remuneração global da Diretoria da Companhia para o ano de 2026; e (iii) Eleger os membros da Diretoria. **6) Deliberações:** Por unanimidade de votos representando a totalidade do capital social da Companhia, foram aprovadas, sem reservas, as seguintes resoluções: (i) As contas dos administradores, as demonstrações financeiras e o parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício encerrado em 31/12/2025, conforme publicação no Monitor Mercantil do dia 31/03/2026; (ii) Em relação à remuneração dos administradores, os acionistas concordam que a remuneração global e individual anual de todos os Diretores do Conglomerado – composto pela Companhia e pelo BNY Mellon Banco S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 42.272.526/0001-70 – seja fixada no BNY Mellon Banco S.A.; (iii) Eleição dos membros da Diretoria com mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2029. Em razão dessa deliberação a Diretoria será composta pelos seguintes membros: (a) Diretor Presidente: EDUARDO ADRIANO KOELLE, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 12693638, expedida pela SSP-SP inscrito no CPF/MF sob o nº 117.857.128-96, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo; (b) Diretor Executivo: MARCUS VINICIUS MATIAS PEREIRA, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 04777831-1, expedida pelo IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 774.206.917-20, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro; (c) Diretor Executivo: PETERSON ANTONIO DA PAZ, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 19105102-0, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 160.481.408-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo; (d) Diretora Executiva: MATILDE FREITAS DA COSTA, brasileira, casada, tecnóloga de finanças, portadora da carteira de identidade nº 10011158-2, expedida pelo Detran/RJ inscrita no CPF/MF sob o nº 025.468.787-35, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro; (e) Diretor Executivo: RODRIGO BOVO PERES, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 20.040.170-1 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 196.795.628-67, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Todos com endereço comercial na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 330, Torre Oeste, 14º andar, Centro, CEP 20031-170. **DECLARAÇÃO DESIMPEDIMENTO:** Os eleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da sociedade, nem estarem condenados ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, consignando que as respectivas declarações de desimpedimento encontram-se arquivadas na sede da sociedade.

7) ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da Ata contendo o sumário dos fatos ocorridos e as deliberações tomadas, a qual, depois de aprovada, foi remetida para assinatura por todos os presentes. Eduardo Adriano Koelle – Presidente da Mesa; Rodrigo Bovo Peres – Secretário da Mesa; BNY Mellon Participações Ltda. – acionista controladora representada por seus Diretores Executivos Eduardo Adriano Koelle e Rodrigo Bovo Peres e BNY Foreign Holdings, INC., representada por Eduardo Adriano Koelle e Rodrigo Bovo Peres. Rio de Janeiro (RJ), 24 de abril de 2026. **Eduardo Adriano Koelle** - Presidente da Mesa; **Rodrigo Bovo Peres** - Secretário da Mesa. **Acionistas: BNY MELLON PARTICIPAÇÕES LTDA.** - Representada por Eduardo Adriano Koelle e Rodrigo Bovo Peres; **BNY FOREIGN HOLDINGS, INC.** - Representada por Eduardo Adriano Koelle e Rodrigo Bovo Peres. **Juiz(a):** Certifico o arquivamento em 25/05/2026 sob o número 00007794703

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

Falta pouco para anúncio sobre petróleo na Margem Equatorial

Lula também anuncia novos poços na região de Urucu

Falta pouco para a Petrobras anunciar se na Margem Equatorial há a quantidade de petróleo ou de gás estimadas preliminarmente. A informação é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Temos, obviamente, muita responsabilidade para extrair petróleo lá, e temos uma vantagem que é a expertise da Petrobras, a melhor empresa do mundo para fazer prospecção em águas profundas. Portanto, nós estamos tranquilos com relação à possibilidade”, disse o presidente nesta quarta-feira, em entrevista ao *Jornal do Amazonas*, em Manaus.

A expectativa do Ministério de Minas e Energia, anunciada em 2025, é de que a Margem Equatorial se torne um novo pré-sal. As reservas estima-

das são de pelo menos 30 bilhões de barris de petróleo, segundo a Petrobras, citando dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O presidente acrescentou que a presença de petróleo na região seria positiva para o desenvolvimento da Região Norte como um todo, e não apenas do Amapá.

Outros poços

Lula anunciou também na entrevista que a estatal voltará a explorar petróleo em outras localidades abandonadas nos últimos anos e que outros poços, como o de Urucu, no interior da floresta amazônica, podem ser ampliados.

Segundo a Agência Brasil, de acordo com o presidente, a estatal voltará a

perfurar o poço de Urucu, uma das principais áreas petrolíferas terrestres (onshore) do país, localizada na Bacia do Solimões.

“Vamos fazer 18 novos poços ali para ver se a gente consegue encontrar mais coisa. Voltaremos a prospectar em lugares que tinham sido abandonados. Não vamos perder tempo”, completou.

Golfo do México

A Petrobras e a Pemex - empresa estatal mexicana de petróleo e gás - estão em negociação para uma parceria na prospecção e exploração de petróleo em águas profundas no Golfo do México, além de projetos conjuntos de refino e gás. De acordo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a colaboração

está sendo articulada entre os governos brasileiro e mexicano.

Em evento em Manaus (AM), Lula contou que recebeu um telefonema da presidente do México, Claudia Sheinbaum, para manifestar o interesse na parceria. Segundo ele, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, irá ao México para tratar da cooperação.

“Vamos fazer uma associação com a Pemex e vamos ao Golfo do México para ver se o companheiro Trump vai se meter com a Petrobras prospectando água a 2,5 mil metros (de profundidade)”, disse Lula, lembrando as ameaças do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de interferir em países latino-americanos.

Cade não aprova proposta coletiva apresentada pela ABFMED

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) analisou, na sessão de julgamento desta quarta-feira, consulta apresentada pela Associação Brasileira de Fornecedores de Medicamentos (ABFMED) sobre a licitude concorrencial de proposta coletiva de Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC) a ser celebrado com a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O Cade não aceitou a proposta coletiva apresentada pela ABFMED.

A associação solicitou manifestação do Cade sobre a viabilidade concorrencial da negociação coletiva envolvendo empresas associadas à entidade, no

contexto de processos administrativos relacionados ao cadastramento de preços em pregões eletrônicos e ofertas de medicamentos acima dos limites estabelecidos pela CMED. A proposta previa adesão individual das empresas, sem responsabilidade solidária entre as participantes.

Em seu voto, o conselheiro Carlos Jacques, relator do caso, destacou que a análise do Cade se restringiu aos aspectos concorrenciais da proposta, cabendo à CMED avaliar a adequação regulatória e a viabilidade jurídica do instrumento.

O relator apontou preocupações relacionadas ao papel da associação na ordenação do acordo coletivo, especialmente quanto

ao potencial acesso a informações concorrencialmente sensíveis das empresas associadas, como dados utilizados para definição das contribuições individuais e monitoramento das obrigações assumidas.

“O conteúdo apresentado no CAC não está de acordo com a legislação de defesa da concorrência, principalmente no que se refere ao potencial lesivo do compartilhamento de informações concorrencialmente sensíveis na estrutura contratual apresentada ao Cade”, afirmou. O voto também destacou a ausência de protocolo antitruste ou de salvaguardas para mitigar eventuais riscos concorrenciais decorrentes da troca de in-

formações entre concorrentes.

O plenário acompanhou o voto do relator e indeferiu a proposta apresentada pela ABFMED, ressaltando que a decisão não tratou da adequação regulatória do CAC, cuja análise compete à CMED.

Segundo os documentos apresentados, o modelo previa três frentes de atuação: pagamento parcial das multas, contribuição para financiamento de projeto coletivo de interesse público vinculado à CMED e adoção de medidas de conformidade para prevenção de novas infrações. Parte dos recursos seria destinada a um fundo coletivo operacionalizado pela própria associação.

INPI divulga rankings de depositantes de ativos de PI em 2025

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (IN-PI) divulgou os rankings de depositantes de ativos de propriedade intelectual em 2025. Os rankings são divididos por residentes e não residentes no Brasil, contemplando ativos como patentes, marcas, desenhos industriais e programas de computador.

Existem rankings específicos para patentes de invenção e para modelos de utilidade. Nas patentes de invenção, entre os residentes, a Stellantis Automóveis Brasil lidera o ranking, com 225 depósitos em 2025, seguida pela Petrobras (172) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (94).

Entre os não residentes, quem lidera o ranking é a Huawei Technologies, com 652 depósitos em 2025, seguida pela Qualcomm (514) e pela Nokia (308).

Nos modelos de utilidade, entre os residentes, a liderança é da Petrobrás, com 15 depósitos em 2025, seguida por Flávio Aparecido Peres (13) e Nely Cristina Braidotti (11).

Entre os não residentes, os três primeiros colocados são: Fiberhome Telecommunication Technologies (4), Zhejiang Leapmotor Technology (4) e Donati (3).

Peças mais leves para caminhões e máquinas agrícolas

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai apoiar com R\$ 28 milhões do programa BNDES Mais Inovação investimentos da Bruning Tecnometal, de Panambi (RS), para aumentar a produtividade e desenvolver novos materiais. Ao fim do processo, devem ser criados 200 novos postos de trabalho na empresa.

Uma parte dos recursos será utilizada para desenvolver peças e componentes que empreguem materiais compostos para uso em caminhões e máquinas agrícolas. Esses materiais têm potencial de reduzir o peso de peças específicas em até 60% e, ainda, aumentar sua durabilidade. Para isso, os pesquisadores da empresa estudam qual a melhor combinação de

Marcas

Entre os residentes, quem liderou o ranking de marcas foi a Payno Gestão Empresarial e Participações, com 305 depósitos em 2025, seguida pela Neymar Sport e Marketing (278) e pelo Banco Mercantil do Brasil (236).

Entre os não residentes, os três primeiros colocados são: Euro Games Technology, com 279 depósitos, Soft Sonic Information Technology (210) e Volkswagen (157).

Em desenhos Industriais, entre os residentes, o líder foi Thiago Capossoli, com 220 depósitos em 2025, seguido por Jinwen Chen (170) e Grendene (102). Entre os não residentes, os três primeiros colocados são: Anran Supply Chain Management (182), Huawei Technologies (109) e Koninklijke Philips (95).

No segmento programas de computador, entre os residentes, a liderança do ranking ficou com a Fundação CPQD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, com 113 depósitos, seguida pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (104) e pelo Instituto de Pesquisas Eldorado, com 89.

substâncias, daí serem chamados compósitos, a ser empregada. Outra parte de apoio do BNDES será destinada para aumentar a produtividade com a adoção de soluções típicas da indústria 4.0, como inteligência artificial. Com o conjunto dos investimentos planejados voltados à transformação digital, a empresa deve ter ganhos de produtividade de até 12,5% e de eficiência de até 15%.

“Investir em inovação é uma condição para que a indústria nacional possa competir em um mundo cada vez mais tecnológico. Países que lideram o desenvolvimento são aqueles que transformam conhecimento em valor, e é esse caminho que permite gerar empregos qualificados e aumentar a produtividade.”, diz o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

ÁGUAS DE JAHU S.A.
CNPJ nº 20.918.034/0001-77 - NIRE 35.300.469.488
Ata da AGE. 1. Data, Hora e Local: As 10h de 25/05/2026, na sede social da Cia., localizada na Av. Comendador Italo Mazzei nº 1250, Jardim Olímpia, Jaú, SP. 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia, conforme o disposto no § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, haja vista a presença da totalidade dos acionistas da Cia., conforme se constata da Lista de Presença de Acionistas (Anexo I). 3. Mesa: Presidente: Ivan Mininel da Silva; Secretário: Alex Eduardo Jorge Macedo. 4. Ordem do Dia e Deliberações: Observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações pela acionista presente, representante da totalidade do capital social votante: 4.1. Aprovar a redução do capital social da Cia. em R\$ 15.345.082,56, com cancelamento de 15.345.082 ações, por absorção de prejuízos acumulados, conforme balancete de 31/12/2025, nos termos do art. 173, da Lei das S.A. 4.2. Em razão da deliberação acima, fica alterado o caput do art. 5º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 99.381.917,44 (noventa e nove milhões, trezentos e oitenta e um mil, novecentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos), dividido em 99.381.917 (noventa e nove milhões, trezentas e oitenta e uma mil, novecentas e dezessete) ações nominativas e sem valor nominal". 4.3. Autorizar, para todos os fins e efeitos legais, a Diretoria da Cia. a tomar todas as medidas e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação das deliberações aprovadas acima. 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, sob a forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei das S.A., a qual foi lida, aprovada e assinada. 6. Assinaturas: Ivan Mininel da Silva, Presidente. Alex Eduardo Jorge Macedo, Secretário. Acionista: Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (p. Cláudio Bechara Abduche e Marcelo Augusto Raposo da Mota), Jaú, 25/05/2026. Ivan Mininel da Silva - Presidente; Alex Eduardo Jorge Macedo - Secretário.

ELUAL PARTICIPAÇÕES S.A.	
CNPJ/MF nº 05.119.676/0001-12 - NIRE 35.300.319.711	
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2026	
1. Data, Hora e Local: Às 15:00 horas do dia 13 de maio de 2026, na sede da Elual Participações S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, na Rua Bering, nº 114, CEP: 09750-510. 2. Convocação: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. Presente também a Contadora, Sra. Maria Lúcia Guilherme de Brito, inscrita no CRC sob o nº 1RJ-088.050/O-0 S-SP. 3. Publicação: O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram publicados no Jornal "Monitor Mercantil de São Paulo" na edição do dia 24 de abril de 2026. 4. Presença: Compareceram os acionistas representando a totalidade do capital social subscrito da Companhia. 5. Mesa: Presidente: Guilherme Fonseca Goulart; e Secretário: Carlos Eduardo Lourenço. 6. Ordem do Dia: 6.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 6.2. Deliberar sobre a proposta da administração para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 6.3. Fixar o montante global de remuneração dos Diretores da Companhia para o exercício de 2026. 7. Deliberações: Instalada a Assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a acionista presente deliberou e aprovou, sem ressalvas, o quanto segue: Preliminarmente, o Sr. Presidente registrou que, em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei nº 6.404/76, foram publicados no Jornal "Monitor Mercantil de São Paulo", na edição do dia 24 de abril de 2026, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. 7.1. Após exame e discussão, foi aprovado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. 7.2. Foi aprovada a proposta da Administração para contabilização do lucro líquido apurado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 10.087.938,13 (dez milhões, oitenta e sete mil, novecentos e trinta e oito reais e treze centavos), a ser distribuído da seguinte forma:	
Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social findo em 31.12.2025 (R\$)	
Total do Lucro Líquido apurado no exercício social encerrado em 31.12.2025	10.087.938,13
Constituição de Reserva Legal	504.396,91
Constituição de Reserva Estatutária	124.658,22
Distribuição de Dividendos	9.458.883,00
7.2.1. O valor de R\$ 9.458.883,00 (nove milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais), referente a distribuição de dividendos intercalares, foi devidamente aprovado e distribuído, nos termos das deliberações constantes da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 16/12/2025, registrada na JUCESP sob nº 007.306/26-0. 7.3. Foi aprovado que os diretores não receberão remuneração no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. 8. Encerramento: Não havendo nenhuma manifestação, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata, que, lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos acionistas presentes e pelos integrantes da mesa da Assembleia Geral. Certifico que a presente é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. São Bernardo do Campo, 13 de maio de 2026. MESA: Guilherme Fonseca Goulart - Presidente. Carlos Eduardo Lourenço - Secretário. JUCESP 218.444/26-6, em 21/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.	

EBMA

EMPRESA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE

COMPANHIA FECHADA

CNPJ Nº 01.369.424/0001-90

15. Custos dos serviços prestados

	31/12/2025	31/12/2024
Insumos.....	(4.952)	(4.263)
Pessoal.....	(10.475)	(9.981)
Locação.....	(3.331)	(3.433)
Serviços de terceiros (i).....	(1.802)	(5.083)
Depreciações.....	(334)	(353)
Outros.....	(645)	(493)
Total.....	(21.539)	(23.606)

(i) A redução dos serviços de terceiros, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o mesmo período do exercício anterior, se deu em decorrência de serviços de terceiros não recorrentes contratados em 2024.

16. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal.....	(524)	(493)
Serviços de terceiros.....	(379)	(857)
Comerciais.....	(136)	(42)
Conservação e limpeza.....	(72)	(217)
Gerais.....	(329)	(263)
Total.....	(1.440)	(1.872)

17. Despesas tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição sindical.....	(70)	(63)
Impostos municipais.....	(1)	(1)
Impostos estaduais.....	(34)	(17)
Impostos federais.....	(2.076)	(1.821)
Total.....	(2.181)	(1.902)

18. Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Sobre aplicações financeiras.....	876	565
Variações monetárias.....	169	28
Juros.....	9	5
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras.....	(7)	(18)
Total.....	1.047	580
Despesas financeiras		
Bancária.....	(14)	(14)
Comissão e corretagem.....	-	(6)
Juros.....	(1)	(2)
Total.....	(15)	(22)
Resultado financeiro.....	1.032	558

19. Despesas de IRPJ e CSLL: Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social.....		
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%).....	5.127	757
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:	(1.743)	(257)
Adições.....	(35)	(455)
Exclusões.....	254	20
Outros.....	51	35
Despesa com imposto de renda e contribuição social.....	(1.473)	(657)
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes.....	(1.473)	(657)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(235)	396
Total.....	(1.708)	(261)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social.....	28,73%	34,48%

A despesa tributária do exercício reflete a apuração fiscal do período, não havendo efeitos relevantes de tributos diferidos sobre o resultado.

20. Gestã de riscos financeiros: a) Considerações gerais:

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia. **b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia está exposta: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **i) Riscos**

DIRETORIA

ANTONIO CARLOS FERRARI SALMERON
HUDSON BONNO
RICARDO MOTA DE FARIAS

CONTADOR

WALTER LUIS DA SILVA JUNIOR - CRC-RJ 093.575/O-7

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Empresa Brasileira de Meio Ambiente S.A. - Rio de Janeiro – RJ

Opinião:

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Meio Ambiente S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Meio Ambiente S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável as pequenas e médias empresas. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das de-

monstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2026

Grant Thornton

Grant Thornton

Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-025.583/F-2

Paulo Alcoforado Cavalcante Neto

Contador CRC 1SP-354.256/O-5

Ajustes em plano de recuperação dos Correios

Para TCU, reestruturação da empresa traz risco fiscal

O Tribunal de Contas da União (TCU) alertou o governo federal sobre possíveis problemas no plano de reestruturação financeira dos Correios e advertiu que o modelo adotado pode ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) caso não sejam feitas correções.

Apesar das críticas, a Corte deu prazo para que o governo ajuste o processo e reforce os mecanismos de controle sobre os recursos envolvidos.

A decisão foi tomada nesta quarta-feira, em julgamento de processos relacionados ao empréstimo de R\$ 12 bilhões contratado pelos Correios no fim do ano passado com garantia da União. Na prática, isso significa que, se a estatal não conseguir pagar a dívida, o governo federal poderá ser obrigado a assumir os pagamentos.

Questionamento

O principal ponto levantado pelo TCU é que o plano de recuperação financeira dos Correios teria sido aprovado sem análises técnicas consideradas suficientes para medir os riscos da operação. De acordo com o relator do caso, ministro Benjamin Zymler, o governo aceitou as projeções financeiras apresentadas pela estatal sem uma avaliação detalhada sobre a viabilidade das metas e estimativas de receita previstas no plano.

O ministro afirmou que órgãos do governo, como o Tesouro Nacional, o Ministério da Fazenda, o Ministério das Comunicações e a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), fizeram análises superficiais.

De acordo com o TCU, isso pode representar descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige planejamento,

transparência e avaliação prévia de riscos em operações que possam afetar as contas públicas.

Empréstimo bilionário

Segundo a Agência Brasil, autorizado no fim de 2025, o empréstimo de R\$ 12 bilhões integra o plano para tentar recuperar financeiramente os Correios. Em dificuldades financeiras, a estatal aparece desde 2024 na lista de alto risco do TCU. Além da operação de crédito, o contrato prevê novos aportes de recursos na estatal. O governo ainda precisará garantir pelo menos mais R\$ 6 bilhões até 2027 para manter o plano em funcionamento.

O TCU demonstrou preocupação com a possibilidade de os Correios não conseguirem cumprir as obrigações financeiras previstas. Nesse cenário, a União poderia ter de assumir novos custos para evitar o colapso da operação.

Risco para União

Os ministros do tribunal alertaram que o risco não fica restrito aos Correios, mas pode atingir diretamente as contas públicas. Isso acontece porque a União entrou como garantidora da dívida. Assim, caso a estatal deixe de pagar parcelas do empréstimo, o Tesouro Nacional pode ser acionado pelos bancos credores.

O tribunal também apontou que o governo não avaliou adequadamente a real capacidade de pagamento dos Correios antes de autorizar a garantia federal. Para o TCU, houve demora do governo em agir diante da crise financeira da estatal, mesmo após alertas anteriores sobre a deterioração das contas da empresa.

Monitoramento exigido

Apesar das críticas, o tribunal não anulou o plano de reestruturação. Em vez disso, determinou uma série

de liquidez: A “política de aplicações financeiras” estabelecida pela administração da Companhia prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1ª linha. **ii) Riscos de mercado e juros:** A Companhia adota políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas com instituições financeiras de 1ª linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado. **iii) Risco de crédito:** A Companhia possui como clientes, majoritariamente, órgãos públicos municipais, o que reduz sensivelmente seu risco de crédito, mantendo, assim, garantias suficientes para mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. **21. Compliance:** Em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis, a Companhia e suas controladas mantem estrutura de *compliance* destinada a assegurar a aderência as leis, regulamentos e diretrizes internas aplicáveis as suas atividades. A Companhia e suas controladas adotam práticas alinhadas às melhores referências de mercado, com o objetivo de promover a integridade, a transparência e a ética nas relações com seus colaboradores, parceiros de negócios e demais partes interessadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram mantidas e aprimoradas iniciativas relacionadas ao Programa de Integridade, incluindo: • desenvolvimento e atualização de políticas e procedimentos internos; • realização de treinamentos e ações de comunicação e conscientização; • monitoramento contínuo e execução de atividades de auditoria; • identificação, avaliação e gestão de riscos de compliance; • observância das regulamentações aplicáveis ao setor de atuação; • manutenção de registros e documentação de suporte às atividades de controle; • disponibilização e divulgação de canais de denúncia, com garantia de confidencialidade e não retaliação. A Companhia reforça seu compromisso com a melhoria contínua do Programa de Compliance, buscando o fortalecimento da cultura de integridade e a mitigação de riscos, em linha com as exigências regulatórias e as melhores práticas de governança corporativa.

DIRETORIA
ANTONIO CARLOS FERRARI SALMERON HUDSON BONNO RICARDO MOTA DE FARIAS
CONTADOR
WALTER LUIS DA SILVA JUNIOR - CRC-RJ 093.575/O-7

